

Demonstrações Financeiras

Atibaia Saneamento S.A.

**31 de dezembro de 2024 com
Relatório do Auditor Independente**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
---	----------

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia	8
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3. Receita operacional líquida	11
4. Custos e despesas	12
5. Resultado financeiro	13
6. Imposto de renda e contribuição social	14
7. Caixa e equivalentes de caixa	16
8. Depósitos bancários vinculados	17
9. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro	17
10. Impostos e contribuições a recuperar	18
11. Fornecedores e outras contas pagar	18
12. Empréstimos e financiamentos	18
13. Obrigações fiscais	20
14. Provisão para perda com causas judiciais	20
15. Patrimônio líquido	21
16. Gerenciamento de capital	22
17. Instrumentos financeiros	22
18. Partes relacionadas	26
19. Seguros	27
20. Compromissos	27

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Atibaia Saneamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atibaia Saneamento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atibaia Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas do IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas Brasil e com as normas do IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 11 de abril de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	3	54.805	52.040
Custo dos serviços prestados	4	(26.638)	(24.771)
Lucro bruto		28.167	27.269
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(6.612)	(3.873)
Outras receitas		-	3
		(6.612)	(3.870)
Efeito de nova medição ("fresh start") em contrato de parceria público privada	4	-	(44.942)
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		21.555	(21.543)
Receitas financeiras	5	7.212	2.173
Despesas financeiras	5	(25.626)	(23.732)
Resultado financeiro líquido		(18.414)	(21.559)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.141	(43.102)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(3.201)	14.592
Prejuízo do exercício		(60)	(28.510)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(60)	(28.510)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(60)	(28.510)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		3.141	(43.102)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Depreciação e amortização	4	521	409
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		-	1
Provisão para perdas com causas judiciais		(5)	5
Pis e Cofins diferidos	13	2.480	2.995
Encargos e variações monetárias, líquidas	5	(6.789)	18.650
		(652)	(21.042)
Variações em:			
Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro	9	(25.270)	19.685
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recuperar	10	890	(2.210)
Aumento (redução) em outros ativos		54	(140)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	11	3.903	(4.829)
Aumento em obrigações fiscais	13	3.241	15
Aumento em outras obrigações		160	17
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais		(17.674)	(8.504)
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		27.856	2.696
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.201)	-
Juros pagos de financiamentos e arrendamentos	12	(3.067)	(2.152)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(3.086)	(7.960)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado		(299)	(95)
Aquisições de ativo intangível		(71)	(481)
Aplicações financeiras	7	14.411	(24.180)
Depósitos bancários vinculados	8	(3.206)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		10.835	(24.756)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos tomados	12	27	15.954
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos	12	(542)	(289)
Dividendos pagos	15 c.	(4.998)	-
Fluxo de caixa líquido usado nas (proveniente das) atividades de financiamento		(5.513)	15.665
Redução (aumento) líquida (o) em caixa e equivalentes de caixa		2.236	(17.051)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	629	17.680
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	2.865	629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atibaia Saneamento S.A.



Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2024 e 2023 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.865	629	Fornecedores e outras contas a pagar	11	6.589	2.684
Aplicações financeiras	7	14.591	26.316	Fornecedores - risco sacado	11	-	2
Contas a receber e outros recebíveis	9	5.372	7.279	Empréstimos e financiamentos	12	3.063	583
Ativo financeiro	9	11.301	9.228	Passivo de arrendamento		342	181
Impostos e contribuições a recuperar	10	3.566	6.736	Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	10.201
Outros ativos		444	431	Obrigações fiscais	13	2.760	1.340
Total do ativo circulante		38.139	50.619	Outras obrigações		803	679
				Total do passivo circulante		13.557	15.670
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	12	208.699	189.870
Depósitos bancários vinculados	8	3.263	-	Passivo de arrendamento		11	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	7.813	9.915	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15 c.	19.310	24.308
Ativo financeiro	9	198.706	171.500	Obrigações fiscais	13	25.574	21.273
Impostos e contribuições a recuperar	10	15.557	12.509	Provisão para perdas com causas judiciais		-	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	14.311	17.512	Outras obrigações		36	-
Outros ativos		62	129	Total do passivo não circulante		253.630	235.456
Total do realizável a longo prazo		239.712	211.565				
				Total do passivo		267.187	251.126
Imobilizado		496	282	Patrimônio líquido			
Ativos de direito de uso		347	179	Capital social	15	10.010	10.010
Intangível		442	490	Reservas de lucros		1.939	1.999
Total do ativo não circulante		240.997	212.516	Total do patrimônio líquido		11.949	12.009
Total do ativo		279.136	263.135	Total do passivo e patrimônio líquido		279.136	263.135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros				Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	15	10.010	1.999	16.940	33.434	-	62.383
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(28.510)	(28.510)
Absorção de prejuízos		-	-	(16.940)	(11.570)	28.510	-
Dividendos		-	-	-	(21.864)	-	(21.864)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15	10.010	1.999	-	-	-	12.009
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(60)	(60)
Absorção de prejuízos		-	(60)	-	-	60	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	10.010	1.939	-	-	-	11.949

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Atibaia Saneamento S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), localizada na cidade de Atibaia - São Paulo, na Rua Aniceto Tavares, 50, Bairro: Recreio Estoril.

A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 11 de abril de 2025.

1.2. Contexto operacional

A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia - SAAE por meio de concessão administrativa para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário, que compreendem a coleta, o afastamento, o tratamento de esgotos sanitários e a disposição final do lodo, contemplando a realização das obras e investimentos necessários para a universalização do sistema, bem como a assunção, a operação e a manutenção de todo sistema operacional existente. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Parceria Público Privada nº 25/2012.

A Companhia foi constituída em dezembro de 2012, iniciou suas atividades em junho de 2013 com a assinatura do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, consistindo na prestação do serviço público de operações e atividades de apoio, acompanhado das obras de complementação, adequação e modernização do sistema de esgotamento sanitário do território urbano do Município de Estância de Atibaia - São Paulo e irá operar o sistema pelo prazo de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2043.

Em 3 de julho de 2023, foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de parceria público privada com a SAAE – Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia, para revisão do contrato com vistas a reestabelecer e manter o seu equilíbrio econômico-financeiro.

1.3. Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações e melhoria na gestão de capital de giro.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa

gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais (“IFRS Accounting Standards”), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores, como um exemplo, dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.
- Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as

informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

- Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante).
- Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and leaseback” - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de “sale and leaseback” que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início.

As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) e a ICPC 09	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	01/01/2025
Alterações à IAS 21	Falta de conversibilidade	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Acordos de Financiamento de Fornecedores e Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	01/01/2025
OCPC 10	Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	01/01/2025

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos e bases. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais e base de contribuição social a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.
- Nota explicativa nº 14 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Ambiental de Atibaia – SAAE, o qual foi dividido entre serviços de construção e serviços de operação.

a) Receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo financeiro, pois a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa da concedente pelos serviços de construção prestados.

A Companhia estima que o valor justo da contraprestação de seus ativos financeiros relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais *gross up* do Pis e da COFINS.

b) Receita de ativo financeiro

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato de concessão, levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio aos recebíveis das obras que ocorrerão até o final da concessão, considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados. A taxa de desconto utilizada é de 10,14%.

c) Receita de serviços de operação

A Companhia reconhece a receita de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da coleta, afastamento, tratamento do esgoto sanitário e disposição final do lodo, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela SAAE.

3.2. Composição

	2024	2023
Serviços	13.268	41.720
Construção	19.203	18.239
Ativo financeiro	27.856	2.696
Total da receita operacional	60.327	62.655
Impostos sobre serviços	(5.522)	(10.615)
Total da receita operacional líquida	54.805	52.040

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2024	2023
Custo de construção	(21.191)	(19.203)
Depreciação e amortização	(521)	(409)
Serviços de terceiros	(3.330)	(2.349)
Pessoal	(6.459)	(4.138)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Energia elétrica	(734)	(1.598)
Materiais	(784)	(640)
Ajuste da receita - "fresh start"	-	(44.942)
Outros custos e despesas	(231)	(307)
Total	(33.250)	(73.586)
Custo dos serviços prestados	(26.638)	(24.771)
Despesas administrativas e gerais	(6.612)	(3.873)
Efeito de nova medição ("fresh start") em contrato de parceria público privada (*)	-	(44.942)
Total	(68.249)	(73.586)

(*) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e a SAAE concluíram e formalizaram novo aditivo contratual da Parceria Público-Privada para reequilíbrio econômico motivado pela redução no pagamento de contraprestação por parte da concessionária e revisão do cronograma de obras ao longo da vida do contrato de PPP. Dessa forma, houve alteração no fluxo de caixa contratual, cronogramas e estrutura de investimentos.

Com base no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 04/2020, a Administração da Companhia concluiu que essas alterações estabelecem uma nova medição do contrato de PPP ("fresh-start"). Diante disso, o cálculo do ativo financeiro foi remensurado com os novos valores definidos no contrato de PPP atualizado, gerando reconhecimento imediato dos efeitos de "fresh start" mantendo-se a taxa interna de retorno (TIR) inalterada.

5. Resultado financeiro

5.1. Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos e despesas de operações com partes relacionadas que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	2.744	2.146
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	768	25
Descontos obtidos	3.590	2
Ajuste a valor presente	109	-
Outras receitas financeiras	1	-
Total	7.212	2.173
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(8.639)	(8.014)
Juros sobre arrendamento	(22)	(15)
Comissões e despesas bancárias	(126)	(106)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas – Nota 18	(15.917)	(15.478)
Outras despesas financeiras	(922)	(119)
Total	(25.626)	(23.732)
Resultado financeiro líquido	(18.414)	(21.559)

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1. Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

6.2. Composição

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	37.753	33.530	-	-	4.223	23.026
Arrendamentos	2	1	-	-	1	(3)
Outras diferenças temporárias	1.375	1.429	-	-	(54)	1.172
Contas a receber - contratos de concessão	-	-	22.625	17.448	(5.177)	(9.603)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	-	-	2.194	-	(2.194)	-
	39.130	34.960	24.819	17.448	(3.201)	14.592
Compensação (*)	(24.819)	(17.448)	(24.819)	(17.448)	-	-
Total líquido	14.311	17.512	-	-	(3.201)	14.592

(*) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, até o limite dos lucros tributáveis futuros disponíveis para compensação de tais perdas. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2024	2023
Resultado do exercício antes dos impostos	3.141	(43.102)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa/crédito com imposto à alíquota nominal	(1.068)	14.655
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(83)	(36)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	(2.311)	-
Outros	261	(27)
Total de despesas / crédito com imposto de renda e contribuição social	(3.201)	14.592
Imposto diferido	(3.201)	14.592
Alíquota efetiva	102%	34%

Cronograma de realização

Os impostos diferidos ativos foram constituídos, substancialmente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

Realização do imposto de renda diferido do ativo	2024
2025	-
2026	-
2027	-
2028	-

2029	-
2030	-
2031 em diante	14.311
Total	14.311

A estimativa utilizada para realização do saldo dos impostos diferidos ativos foi feita com base no plano de negócios que demonstra que a Companhia, devido a melhoria da *performance* operacional, aumento de cobertura de esgoto e formalização do 4º aditivo do contrato, gerará lucros tributáveis até o final do contrato superiores ao montante total de créditos fiscais.

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1. Política contábil

a) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento exclusivo com títulos lastreados em títulos privados e públicos, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação em fundos de investimento de característica multimercado com risco moderado, entende que estes podem sofrer mudança relevante de valor dada a cotação de tais títulos, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.

7.2. Composição

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa				
Saldos bancários			2.865	104
Operações Compromissadas			-	525
Total caixa e equivalentes de caixa			2.865	629
Aplicações financeiras				
Fundo de investimento - Aqua Guarani (*)	100,26% do CDI	10,90%	14.591	26.316
Total aplicações financeiras			14.591	26.316

(*) Fundo de investimento exclusivo do Grupo Iguá, cuja composição refere-se principalmente a aplicações em outros fundos de investimento não exclusivos de renda fixa referenciados ao DI. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, riscos de crédito, liquidez e análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº17. O fundo de investimento contido na linha de aplicações financeiras é, majoritariamente, de renda fixa tipo FIC, remunerado em condições e taxas normais de mercado.

8. Depósitos bancários vinculados

Depósitos bancários vinculados	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2024	2023
Fundos de investimento	102,12% do CDI	11,10%	3.263	-
Circulante			-	-
Não circulante			3.263	-
Total			3.263	-

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas.

9. Contas a receber e outros recebíveis e ativo financeiro

9.1. Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços e de construção no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais do acordo de arbitragem e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

	Nota	2024	2023
Recebíveis de contratos de concessão		13.985	18.411
Direitos a faturar contratos de concessão		3.027	2.660
Ativo financeiro		210.007	180.728
Total contas a receber		227.019	201.799
(-) Ajuste a valor presente dos recebíveis		(3.827)	(3.935)
		223.192	197.864
Operações mensais - partes relacionadas	Nota 18	-	58
		223.192	197.922
Circulante		16.673	16.507
Não circulante		206.519	181.415
Total		223.192	197.922

A taxa média de desconto do ajuste a valor presente sobre o montante de contas a receber das PPP's é de 9,00% ao ano.

A composição por vencimento dos recebíveis e direitos a faturar é como segue:

	2024	2023
A vencer	17.012	4.927

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Acima de 180 dias	-	16.144
Total	17.012	21.071

10. Impostos e contribuições a recuperar

	2024	2023
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	12.304	11.135
Programa de Integração Social (PIS)	2.638	2.383
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	2.208	4.514
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	57	905
Imposto sobre serviço (ISS)	-	10
PIS / COFINS / CSLL retidos na fonte	298	298
Impostos Federais a restituir	1.618	-
Circulante	3.566	6.736
Não circulante	15.557	12.509
Total	19.123	19.245

11. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2024	2023
Fornecedores diversos		6.211	2.664
Fornecedores - risco sacado (*)		-	2
Operações mensais - partes relacionadas	17	378	20
Total		6.589	2.686

(*) Não há alteração de prazos e condições de pagamento. A Companhia classificou os valores de risco sacado em linha específica no balanço patrimonial.

12. Empréstimos e financiamentos

12.1. Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

12.2. Composição

Linha de Crédito	Nota	Indexador	Juros médios		2024	2023
			a.a. (%) (*)	Vencimento		
Contrato de financiamento e repasse - CEF		TR	9,70	2043	91.994	86.602
Mútuo - partes relacionadas	18	CDI	14,87	2026	119.768	103.851
Circulante					3.063	583
Não circulante					208.699	189.870

Total	211.762	190.453
--------------	----------------	----------------

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

12.3. Garantias

As principais garantias do financiamento concedido pela CEF é o penhor de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária dos direitos provenientes do contrato de concessão, nota promissória e fiança da controladora Iguá Saneamento S.A.

12.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados entre a Companhia e suas subsidiárias e os respectivos agentes, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício. A administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas de *covenants*.

Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo:

Índices financeiros

Capital social maior ou igual a 30% dos investimentos financiados.

12.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Financiamentos	Mútuo	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	64.771	88.373	153.144
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	15.954	-	15.954
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	15.954	-	15.954
Outras variações			
Provisão de juros	8.014	15.478	23.492
Pagamento de juros	(2.137)	-	(2.137)
Total de outras variações	5.877	15.478	21.355
Saldos em 31 de dezembro de 2023	86.602	103.851	190.453
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	27	-	27
Amortização	(229)	-	(229)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(202)	-	(202)
Outras variações			
Provisão de juros	8.639	15.917	24.556
Pagamento de juros	(3.045)	-	(3.045)
Total de outras variações	5.594	15.917	21.511
Saldos em 31 de dezembro de 2024	91.994	119.768	211.762

13. Obrigações fiscais

	2024	2023
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	20.629	18.497
Programa de Integração Social (PIS)	4.478	4.028
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	144	61
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	7	7
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) retido a recolher	160	20
Parcelamentos Federais	2.912	-
ICMS a recolher	4	-
Circulante	2.760	1.340
Não circulante	25.574	21.273
Total	28.334	22.613

14. Provisão para perda com causas judiciais

14.1. Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa.

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

14.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes

a) Trabalhista:

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

14.3. Composição

	Trabalhista
Saldo em 1º janeiro de 2024	5
Adições	-
Pagamentos	-
Reversões	(5)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Saldo em 31 de dezembro de 2024 -

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de:

Natureza	2024	2023
Trabalhistas	57	26
Total	57	26

15. Patrimônio líquidoa) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$10.010 (idêntico em 31 de dezembro de 2023), representado por 10.010.000 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2024	2023
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas de lucros

	2024	2023
Reserva legal	1.939	1.999
Total	1.939	1.999

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia atribuiu dividendos conforme abaixo:

Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.444
Destinação reserva especial de dividendos	21.864
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.308
Pagamento de dividendos	(4.998)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	19.310

16. Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Total do passivo	267.187	251.126
Total caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados	(20.719)	(26.945)
(=) Dívida líquida (A)	246.468	224.181
Total do patrimônio líquido (B)	11.949	12.009
Índice de alavancagem (A/B)	20,63	18,67

17. Instrumentos financeiros

17.1. Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	525	2.865	104	-	-
Aplicações financeiras	7	14.591	26.316	-	-	-	-
Depósitos bancários vinculados	8	3.263	-	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	13.185	17.194	-	-
Ativo financeiro	9	-	-	210.007	180.728	-	-
Ativos financeiros		17.854	26.841	226.057	198.026	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	11	-	-	-	-	6.589	2.686
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	-	-	211.762	190.453
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	353	181
Passivos financeiros		-	-	-	-	218.704	193.320

17.2. Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez e mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito que é o contrato de Parceria Público Privada com a SAAE, que prevê reequilíbrio econômico-financeiro.

O pagamento das contraprestações em atraso que totalizam o montante de R\$16.142 relativas ao período de novembro de 2015 a dezembro de 2020, iniciou-se em janeiro de 2024.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.865	629
Aplicações financeiras	7	14.591	26.316
Depósitos bancários vinculados	8	3.263	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	13.185	17.194
Ativo financeiro	9	210.007	180.728
Circulante		34.129	43.452
Não circulante		209.782	181.415
Total		243.911	224.867

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2024	2023
Fornecedores e outras contas a pagar	11	6.589	2.686
Empréstimos e financiamentos	12	211.762	190.453
Passivo de arrendamento		353	181
Circulante		9.994	3.450
Não circulante		208.710	189.870
Total		218.704	193.320

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 220 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	6.589	6.589	6.589	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	119.768	159.231	-	159.231	-	-	-
Cédula de Crédito - CEF	91.994	180.810	10.912	10.829	10.739	10.643	137.687
Total	218.351	346.630	17.501	170.060	10.739	10.643	137.687

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 232 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	2.686	2.686	2.686	-	-	-	-
Mútuos - partes relacionadas	103.851	113.345	-	-	113.345	-	-
Cédula de Crédito - CEF	86.602	164.596	8.081	12.156	11.739	11.321	121.299
Total	193.139	280.627	10.767	12.156	125.084	11.321	121.299

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, outros ativos financeiros, depósitos bancários vinculados, contas a receber, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos - reapresentado	Cenários											
	Exposição em 2024		Apreciação das taxas						Depreciação das taxas			
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros												
Aplicações financeiras	14.591	CDI	15,45	2.254	19,31	2.818	23,18	3.382	11,59	1.691	7,72	1.126
Depósitos bancários vinculados	3.263	CDI	15,74	514	19,68	642	23,61	770	11,80	385	7,87	257
Recebíveis de contratos de concessão	17.012	IPCA	8,43	1.434	10,54	1.793	12,65	2.152	6,32	1.075	4,21	716
Ativo financeiro	210.007	IPCA	8,43	17.704	10,54	22.135	12,65	26.566	6,32	13.272	4,21	8.841
Total	244.873			21.906		27.388		32.870		16.423		10.940
Passivos financeiros												
Contrato de financiamento e repasse - CEF	(91.994)	TR	1,88	(1.729)	2,35	(2.162)	2,82	(2.594)	1,41	(1.297)	0,94	(865)
Empréstimos - mútuo	(119.768)	CDI	15,41	(18.456)	19,26	(23.065)	23,12	(27.690)	11,56	(13.845)	7,70	(9.219)
Total	(211.762)			(20.185)		(25.227)		(30.284)		(15.142)		(10.084)
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos	33.111			1.721		2.161		2.586		1.281		856
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						440		865		(440)		(865)

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA, CDI e TR - B3, projeção para os próximos doze meses.

18. Partes relacionadas

18.1. Política

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

18.2. Composição

a) Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Em clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 11 e 12)	(Nota 11 e 12)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	64	-	(875)	(898)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	58	314	20	(575)	(399)
Mútuo	(c)	-	119.768	103.851	(15.917)	(15.478)
Circulante		58	378	20	-	-
Não circulante		-	119.768	103.851	-	-
Total		58	120.146	103.871	(17.367)	(16.775)

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

(b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(c) Refere-se a contrato de mútuo entre a Companhia e sua controladora, com incidência de 100% de CDI e remuneração fixa de 4% ao ano, e vencimento em 2026.

19. Seguros

A Companhia tem contratado cobertura de seguros contra riscos operacionais para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

20. Compromissos

Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Composição da Diretoria

Diretoria

Mateus Banaco
Péricles Sócrates Weber

Contador

Thiago Araujo Barner
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0